

Inquérito Civil n. 06.2021.00001875-7

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Turvo, doravante designado **COMPROMITENTE**, e a **CÂMARA DE VEREADORES DE ERMO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 08.771.379/0001-45, situada na Avenida Pedro Simon, s/n, Centro do Município de Ermo/SC, representada pelo seu Presidente, Sr. **ROGÉRIO FAGUNGES**, inscrito no CPF n. 966.605.629-15, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00001875-7, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 81, incisos I e II, da Lei n. 8.078/90) e individuais homogêneos (artigo 129, inciso IX da Constituição Federal e arts. 81, inciso III e 82, do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que a investidura em cargo público depende da aprovação prévia em concurso público, reservando a possibilidade de contratação de servidores temporários e serviços terceirizados para casos específicos e extraordinários (art. 37, IX e XXI, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a necessidade de que toda contratação temporária seja precedida de processo seletivo público, salvo em situações decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública, ou, ainda, quando frustrada a seleção anterior, por ausência de interessados ou aprovados, hipóteses em que poderá haver a dispensa do processo seletivo, desde que justificadamente;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal pacificou entendimento de que "*a contratação por tempo determinado, para atender a*

*necessidade temporária de excepcional interesse público, tem como pressuposto lei que estabeleça os casos de contratação. C.F., art. 37, IX. Inexistindo essa lei, não há que se falar em tal contratação"*¹;

CONSIDERANDO que "a regra é o concurso público, e as duas exceções são para os cargos em comissão referidos e as contratações de pessoal, mas estas estão subordinadas simultaneamente às seguintes condições: a) deve existir previsão em lei dos casos possíveis; b) devem ter tempo determinado; c) deve atender necessidade temporária; d) a necessidade temporária deve ser de interesse público; e e) o interesse público deve ser excepcional"²;

CONSIDERANDO que o quadro de cargos de provimento efetivo da Câmara de Vereadores de Ermo é composto por 1 (um) advogado, 1 (um) contador, 1 (um) agente legislativo e 1 (um) zelador, nos termos da lei complementar n. 002/2005 de Ermo;

CONSIDERANDO que o Ministério Público verificou que a Câmara de Vereadores de Ermo tem se furtado da obrigação da realização de concurso público, haja vista que realizou contratações diretas de servidores para os cargos de contador e agente legislativo, sem qualquer critério objetivo de escolha;

CONSIDERANDO que após a Recomendação n. 0005/2021/01PJ/TUR, expedida neste procedimento, a Câmara de Vereadores exonerou os servidores que haviam sido contratados de forma direta e contratou servidores temporários por meio do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2021;

CONSIDERANDO, contudo, que os cargos atualmente ocupados por servidores temporários são de provimento efetivo, ou seja, devem ser preenchidos mediante realização de concurso público;

CONSIDERANDO a intenção de solver a problemática de maneira consensual;

RESOLVEM

Celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**, de acordo com os seguintes termos:

¹ RE n. 168566/RS, rel. Min. Carlos Velloso.

² STF, ADI-MC 890, rel. Min. Paulo Brossard.

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: Regularizar a contratação de servidores, para que seja feita principalmente por meio de concurso público, reservando-se os processos seletivos e contratações diretas apenas para as exceções previstas em lei.

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

Cláusula 2ª: O **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de fazer consistente em, a partir desta data, admitir servidores para o exercício de qualquer cargo público mediante a realização de prévio concurso público, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão e as contratações por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, desde que não possam ser satisfeitas com a utilização dos recursos humanos de que dispõe a Câmara de Vereadores.

Cláusula 3ª: O **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de não fazer consistente em se abster de realizar contratações de servidores e serviços terceirizados para o exercício de funções inerentes a cargos efetivos, cabendo a sua contratação apenas para o exercício das atividades meio da administração, exceto quando envolver a contratação de organizações sociais nos termos da Lei Federal n. 9.637/98, em ambos os casos sempre precedidas do processo licitatório.

Cláusula 4ª: O **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de fazer consistente em, a partir desta data, somente contratar servidores por tempo determinado mediante processo seletivo nas hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público, justificadas expressamente.

Cláusula 5ª: A contratação para atender a necessidade decorrente de calamidade pública e de emergência ambiental e de saúde pública prescindirá de processo seletivo, devendo, todavia, ser justificada expressamente;

Cláusula 6ª: O **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de não fazer consistente em, a partir desta data, abster-se de manter servidores em desvio de função, devendo cada servidor exercer as funções para qual foi contratado (seja cargo comissionado, servidor efetivo, ACT etc.);

Parágrafo único. O **COMPROMISSÁRIO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar desta data, para readequar os servidores que estejam em desvio de função, remetendo ao final do prazo relatório das adequações realizadas.

Cláusula 9ª: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete, até decurso do prazo estipulado em cada obrigação, a juntar aos autos de fiscalização do cumprimento de TAC cópia de documentos que comprovem o cumprimento das obrigações descritas nas cláusulas.

3 DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO:

Cláusula 10ª: O compromissário se compromete a promover os concursos públicos ainda dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da presente data, ao menos com a publicação do edital de concurso.

Cláusula 11ª: As demais cláusulas passam a valer da data da assinatura do acordo.

4 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 12ª: Escoado o prazo estipulado nas cláusulas 6ª a 10ª, qualquer violação ao presente ajustamento sujeitará o compromissário ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por infração, bem como a multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia em que perdurar o descumprimento das condições assumidas neste termo de ajustamento de conduta.

Cláusula 13ª: Os valores serão destinados ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, criado pelo decreto n. 1.047, de 10.12.87 (conta corrente: 63.000-4, agência 3582-3, Banco do Brasil), além da execução judicial das obrigações ora ajustadas.

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 14ª: O comprometente se compromete a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de cunho civil ou criminal, em relação ao objeto estipulado na cláusula 1ª, contra o compromissário, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

Cláusula 15ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º,

§ 6º, da Lei n. 7.347/85.

Turvo, 16 de março de 2023.

[assinado digitalmente]

JULIANO BITENCOURT PINTER
Promotor de Justiça

ROGÉRIO FAGUNDES
Compromissário

Testemunhas:

LUIZ IONE DA SILVA
OAB-SC 18.479

MILENA TRAMONTIM CORNEO
CPF n. 114.266.789-83